



CÓD: OP-044NV-23  
7908403544844

# **SME-SP**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO PAULO**

## Auxiliar Técnico de Educação

**EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES Nº 1 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2023**

## ***Língua Portuguesa***

1. Concepção de linguagem verbal em seu processo de interlocução e sua relação com todas as áreas de conhecimento, quanto ao domínio das capacidades de leitura e de escrita para os diferentes gêneros e práticas sociais; .....	7
2. uso da variedade culta da língua escrita para a produção de texto;.....	7
3. leitura e compreensão de diferentes gêneros textuais.....	8
4. Distinção entre variedades linguísticas: categorias sociais e contextos de comunicação;.....	9
5. registros de formalidade e informalidade. ....	12
6. Estratégias de articulação do texto: mecanismos de coesão e coerência. ....	13

## ***Matemática***

1. Articulação de técnicas operatórias ao sistema de numeração decimal; .....	19
2. Problemas envolvendo o cálculo de porcentagem e juros; .....	20
3. Resolução de Problemas no campo aditivo e multiplicativo, envolvendo números racionais.....	23
4. Grandezas e Medidas: Diferentes unidades de medidas e instrumentos de medição; .....	30
5. Perímetro, Área e Volume; .....	32
6. Probabilidade e Estatística; Probabilidade de ocorrência de eventos; .....	42
7. Sistema Monetário Brasileiro; .....	44
8. Conversões de unidades mais usuais (comprimento, massa, capacidade, tempo e área); .....	47
9. Leitura de gráficos de barras ou colunas e tabelas simples; .....	47
10. Funções polinomiais do 1º e 2º graus.....	49

## ***Noções de Tecnologia***

1. Noções de hardware. ....	83
2. Noções de sistema operacional (ambiente Windows).....	83
3. Edição de textos, planilhas e apresentações (Office 365).....	91
4. Uso de Internet: navegador; recursos do navegador; busca na Internet; uso de ferramenta de mensagem eletrônica (e-mail, Anti-spam e listas). ....	96
5. Noções de segurança (senhas, prevenção de vírus e outros códigos maliciosos, antivírus, SPAM e Anti-spam, cópias de segurança). ....	103

## ***Legislações e Publicações Federais***

1. BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil - Artigos 5º, 37 a 41, 205 ao 214, 227 ao 229. ....	107
2. Brasília, DF, 1988. BRASIL Lei n.º 8.069, de 13/07/1990 – Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências - Artigos 53 a 59 e 136 a 137. ....	119
3. Brasília, DF, 1990. BRASIL Lei n.º 9.394, de 20/12/1996 – Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF, 1996 (redação atualizada).....	120
4. BRASIL Lei n.º 10.793, de 01/12/2003 – Altera a redação do art. 26, § 3º, e do art. 92 da Lei n.º 9.394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF, 2003.....	137

---

---

## ÍNDICE

---

5. BRASIL Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015 - Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Livro I - Título I - Capítulo I (Disposições Gerais); Livro I - Título II - Capítulo IV (Do Direito à Educação). Brasília, DF, 2015.....	138
6. BRASIL. Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis n.º 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. Brasília, DF, 2010.....	140
7. BRASIL. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, alterada pela lei nº 13.853 de 08 de julho de 2019 – Dispõe sobre a Lei Geral de Proteção de dados (LGPD). Brasília, DF, 2019.....	147
8. Resolução CNE/CEB nº 4, de 13/07/2010 - Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Brasília, DF, 2010.....	159

### **Legislações e Publicações Municipais**

1. SÃO PAULO (Município); Lei Orgânica do Município de São Paulo: Título VI, Capítulo 1, artigos 200 a 211. São Paulo, 1990..	171
2. SÃO PAULO (Município); Lei nº 8.989, de 29 de outubro de 1979: Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de São Paulo, São Paulo, 1979.....	172
3. SÃO PAULO (Município). Lei nº 14.660, de 26 de dezembro de 2007: Dispõe sobre alterações das Leis nº 11.229, de 26 de junho de 1992, nº 11.434, de 12 de novembro de 1993 e legislação subsequente, reorganiza o Quadro dos Profissionais de Educação, com as respectivas carreiras, criado pela Lei nº 11.434, de 1993, e consolida o Estatuto dos Profissionais da Educação Municipal, São Paulo, 2007.....	189
4. SÃO PAULO (Município). Decreto nº 54.453 de 10 de outubro de 2013: Fixa as atribuições dos Profissionais de Educação que integram as equipes escolares das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino, São Paulo, 2013.....	205
5. Decreto nº 56.560 de 28 de outubro de 2015: Dispõe sobre a criação da Comissão de Mediação de Conflitos nas escolas da Rede Municipal de Ensino, São Paulo, 2015.....	210
6. Decreto nº 57.379, de 13 de outubro de 2016: Institui no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, a Política Paulistana de Educação Especial, na Perspectiva da Educação Inclusiva, São Paulo, 2016.....	212
7. Decreto nº 59.767 de 15 de setembro de 2020: Regulamenta a aplicação da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 – Lei de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) – no âmbito da Administração Municipal direta e indireta, São Paulo, 2020.....	216
8. SÃO PAULO (Município). Instrução Normativa SME nº 20, de 26 de junho de 2020, alterada pela Instrução Normativa SME nº 21, de 13 de julho de 2020 - estabelece procedimentos para comunicar ao conselho tutelar, vara da infância e juventude os casos de suspeita ou confirmação de violência aos bebês, crianças e adolescentes matriculados na rede municipal de ensino. São Paulo, 2020vvv.....	219
9. Instrução Normativa SME nº 26 de 10 de agosto de 2022, alterada pela Instrução Normativa nº 28 de 25 de agosto de 2022 - Reorienta o Programa “São Paulo Integral – SPI” nas EMElS, CEMEIs, EMEFIs, EMEFMs, EMEBIs e nos CEUs da rede municipal de ensino e dá outras providências, São Paulo, 2022.....	222
10. Instrução Normativa SME nº 21, de 26 de julho de 2023: Amplia o horário de funcionamento dos Centros de Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino e, dá outras providências, São Paulo, 2023.....	239
11. Instrução Normativa SME Nº 24, de 04 de setembro de 2023 - Amplia a abrangência do Programa “São Paulo Integral – SPI”, instituído pela Portaria SME nº 7.464, de 2015, nas EMElS, CEMEIs, EMEFIs, EMEFMs e Escolas Municipais de Educação Bilíngue para Surdos - EMEBSs da Rede Municipal de Ensino e dá outras providências, São Paulo, 2023.....	240
12. Recomendação CME nº 07/2021 - Busca Ativa Escolar.....	248
13. Orientações gerais: educação em direitos humanos. 2. ed. São Paulo: SMDHC; SME; Instituto Vladimir Herzog, 2016. p. 114 a 120; 127 a 133; 141 a 147.....	258
14. Currículo da Cidade: Ensino Fundamental: Língua Portuguesa. 2.ed. São Paulo: SME/COPED, 2019, P. 12 – 60.....	259
15. Currículo da Cidade: Educação Infantil, São Paulo: SME/COPED, 2019. p. 11 a 65.....	259
16. Currículo da cidade: educação antirracista: orientações pedagógicas: povos afro-brasileiros, São Paulo: SME/COPED, 2022, p. 23 a 45.....	259
17. Povos indígenas: orientações pedagógicas. São Paulo: SME/ COPED, 2019. p. 10 a 20.....	259
18. Conhecer para proteger: enfrentando a violência contra bebês, crianças e adolescentes, São Paulo: SME/COPED, 2020.....	263

---

---

## ÍNDICE

---

19. Vulnerabilidade e educação. São Paulo: SME/COPED, 2021, (Coleção Diálogos com o NAAPA, v. 3).....	263
20. Orientações para atendimento de estudantes: transtorno do espectro do autismo. São Paulo: SME/COPED, 2021 .....	269
21. Povos Migrantes: orientações didáticas. São Paulo: SME/COPED, 2021. p.14 a 32; 36 a 69 .....	269
22. UNESCO; Educação para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: objetivos de aprendizagem; Brasília: UNESCO, 2017 .....	270

---

VII - qualificar os sistemas informatizados que recebem e movimentam as informações do Programa, por meio da interlocução entre os diferentes setores responsáveis;

VIII – propor a formação de GT Intersecretarial para consolidação da política “São Paulo Educadora”;

Art. 48. O Grupo de Trabalho - GT “São Paulo Educadora”, responsável pela implementação, acompanhamento e avaliação do Programa “São Paulo Integral”, terá as seguintes atribuições:

I - reunir-se, bimestralmente, para indicar avanços, desafios e necessidades na implementação do Programa “São Paulo Integral” à Secretaria Municipal de Educação;

II - propor ações de implementação, desenvolvimento, formação dos profissionais e sustentabilidade do Programa;

III - articular a intersecretarialidade do Programa, especialmente entre Cultura, Esporte, Assistência Social, Saúde, Verde e Meio Ambiente, Direitos Humanos e Cidadania, Mobilidade e Transportes, Urbanismo e Licenciamento, Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo, Segurança Urbana, entre outras, assim como com as organizações da sociedade civil;

IV - contribuir para a tomada de decisões sobre o Programa a partir da análise de dados sobre os desafios e potenciais da Política São Paulo Educadora, inclusive das legislações que a regulamentam.

Art. 49. O Grupo de Trabalho será constituído por:

a) 6 (seis) representantes da SME, sendo 2 (dois) da Coordenadoria Pedagógica - COPED e 1 (um) das demais Coordenadorias, sendo elas: Coordenadoria dos Centros Educacionais Unificados - COCEU, Coordenadoria de Gestão de Pessoas - COGEP, Coordenadoria de Gestão e Organização Educacional – COGED e Coordenadoria de Planejamento e Orçamento – COPLAN;

b) 2 (dois) representantes de cada DRE.

§1º As DREs deverão apontar um suplente para cada um dos representantes supracitados.

§2º A Coordenadoria de Tecnologia da Informação e Comunicação - COTIC, a Coordenadoria de Alimentação Escolar - CODAE, a Coordenadoria de Contratos de Obras e Manutenção Predial - COMAPRE, a Coordenadoria de Compras - COMPS, a Coordenadoria de Contratos de Serviços e Fornecimento - COSERV deverão estabelecer um ponto focal para tratar das questões do SPI em seus setores.

#### DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 50. Para assegurar a qualificação da expansão do tempo de permanência dos estudantes será possibilitada, mediante autorização expressa do Diretor Regional de Educação, a realização de trabalho coletivo de formação, nos termos do inciso I do artigo 17 da Lei nº 14.660/07, até às 20h30min, bem como a flexibilização do número de horários coletivos e/ou a possibilidade de outros horários para a sua execução, desde que não descaracterize o conceito de trabalho coletivo.

Art. 51. Os casos omissos ou excepcionais serão resolvidos pelo Diretor Regional de Educação, ouvido, se necessário, os representantes a SME/COPED.

Art. 52. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as Instruções Normativas SME nº 26, de 2022 e nº 28, de 2022, a partir de 01/01/2024.

### RECOMENDAÇÃO CME Nº 07/2021 - BUSCA ATIVA ESCOLAR

#### DISPÕE SOBRE A BUSCA ATIVA ESCOLAR.

#### CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Interessado: Conselho Municipal de Educação - CME

Assunto: Busca Ativa Escolar

Conselheiras Reladoras: Maria Cecília Carlini Macedo Vaz (Presidente), Fátima Cristina Abrão, Maria Adélia Gonçalves Ruotolo e Silvana Lucena dos Santos Drago.

Recomendação CME nº 07/2021

Aprovado em Sessão Plenária de 09/12/2021

#### I – RELATÓRIO

##### 1. Histórico

O Conselho Municipal de Educação (CME), órgão normativo e deliberativo, com incumbência de propor encaminhamentos para o funcionamento do Sistema Municipal de Ensino, no uso de suas atribuições, propõe orientações para que as unidades educacionais elaborem os seus planos de ação para assegurar localização, acesso e permanência de todos os estudantes, considerando os dados da sua realidade em relação às condições de aprendizagem, retenção, abandono e evasão, efetivando ações de Busca Ativa Escolar.

##### 2. Introdução

A crise mundial provocada pela Pandemia da Covid 19 impôs um novo cenário, um ambiente completamente desafiador, instável e inseguro que impactou, significativamente, os modos de vida, os valores, os princípios, as prioridades que, até então, regiam a sociedade em todo mundo. Prevenir a doença e manter-nos física e emocionalmente saudáveis constituíram-se ações prioritárias. Além disso, tornou-se imperioso criar novas formas para realizar atividades cotidianas e restabelecer os relacionamentos pessoais, bem como promover oportunidades de interação, mesmo que de forma virtual. Na educação, os formatos não presenciais apresentam-se como um dos caminhos para ensinar e aprender. Considerando-se as condições socioeconômicas e de formação midiática, a utilização da tecnologia digital para a continuidade das atividades educacionais afeta, de modo desigual, as famílias e os diferentes grupos de professores. Consequentemente, observa-se a ampliação das desigualdades quando comparadas as condições mínimas de acesso ao conhecimento e aos bens culturais entre estudantes das redes públicas e privadas.

Nóvoa (2020) reconhece o esforço dos professores que, em colaboração uns com os outros e com as famílias, conseguiram organizar estratégias pedagógicas significativas para este tempo tão difícil e considera inaceitável que a escola pública fechasse as portas e não quisesse saber dos seus alunos.

[...]De um modo geral, ninguém estava preparado para esta situação e a avaliação que, hoje, já podemos fazer revela aspectos negativos, como as desigualdades e o empobrecimento pedagógico, mas também positivos, como a ligação com as famílias e a inventividade de muitos professores. p.8 (Nóvoa 2020)

Os meninos negros somam quase 10 pontos percentuais a mais em relação aos meninos brancos (30,8% versus 20,4%) na população brasileira. No entanto, os meninos negros representam 45,1% dos que não frequentam a escola, mais de 10 pontos percentuais do que a soma dos meninos brancos (15,3%) e meninas brancas (16,0%) que não frequentam (31,3%). Eles também têm a maior porcentagem entre os adolescentes na mesma faixa etária que não receberam (40,6%) e que não entregaram as atividades escolares (44,5%). (Fundação Carlos Chagas/ Departamento de Pesquisas Educacionais 2021)

O panorama apresentado pelas pesquisas traz um recorte da situação e, também, suscita a necessidade de investigar outras tantas variáveis que interferem na vida dos estudantes e de suas famílias. Documento elaborado pelo Grupo do Banco Mundial alerta que vivemos desafios sem precedentes:

Os efeitos da pandemia transcendem o impacto direto na aprendizagem ou escolaridade: permeiam muitas outras esferas da vida dos estudantes e, provavelmente, persistirá por um longo tempo. Muitos estudantes, particularmente os oriundos dos grupos de renda mais baixa e aqueles que já estavam aprendendo muito pouco mesmo antes da crise, têm agora um risco muito maior de abandonar os estudos por causa da pandemia. Isto é ainda mais verdadeiro em um contexto de dificuldade econômica e recessão, como ocorre na América Latina e no Caribe. Algumas simulações sugerem que o abandono escolar na América Latina e Caribe pode aumentar em 15% por causa da pandemia. p.7 (Grupo Banco Mundial 2021)

### 5. Cidade de São Paulo: Identificando desafios para promoção da equidade

A determinação de afastamento social, em consequência da Pandemia do Covid 19 no território nacional, representou o fechamento das escolas por 178 dias. Durante esse período, a escola reinventou-se e trabalhou com diversas iniciativas para localizar estudantes que, por diferentes motivos, afastaram-se da vida escolar, mesmo na forma virtual.

No caso da Rede Municipal de Ensino da cidade de São Paulo, com 1.070 milhões de estudantes (Sistema EOL set.2021), distribuídos em cerca de quatro mil unidades educacionais localizadas em regiões que apresentam diferenças sociais e econômicas significativas, foram desenvolvidas ações conjuntas envolvendo todas as instâncias da SME e, também, outras Secretarias para realizar o monitoramento e acompanhamento da frequência, com foco na identificação das necessidades dos estudantes e de suas famílias que pudessem impossibilitar a participação nas atividades escolares.

Ao analisar os dados do CadÚnico Município de São Paulo, cadastro que organiza um conjunto de informações sobre as famílias brasileiras em situação de vulnerabilidade social, evidencia-se a severa realidade em que se encontram as famílias dos estudantes da rede municipal de ensino, uma vez que 583.504, mais de 50% deste contingente, factualmente, enquadram-se nas características deste cadastro, sendo 295.174 em situação de extrema pobreza; 96.583 em situação de pobreza; 138.085 no grupo de população de baixa renda e, por fim, 53.652, com ganhos acima de 1/2 salário mínimo.

Segundo dados do Núcleo de Apoio e Acompanhamento para a Aprendizagem - NAAPA, no período de fechamento das escolas, foram priorizados o atendimento e acompanhamento de 10.426 estudantes que cursavam os 3º e 6º anos do ensino fundamental. Destes estudantes, a indicação inicial era que: 2.229 apresentavam dificuldade de aprendizagem; 2.849 referia-se à permanência na

escola; 3.188 questões relativas à saúde/saúde mental ou apresentavam dificuldade nas interações sociais; 3.045 em situação de vulnerabilidade social e outros 633 apresentavam questões diversas. Deste total, 8.024 foram considerados estudantes com sério risco de evadirem da escola.

Outra situação identificada, que afeta a vida das meninas, é a gravidez. Segundo dados do SINASC, CEInfo – SMS/SP de dezembro de 2020 o total de mães adolescentes na cidade de São Paulo foi de 12.120 nas idades entre 15 a 19 anos e 370 com idade inferior a 15 anos, perfazendo o total de 12.490. Estudo realizado por Garcia e Da Silva (2004), em pesquisa intitulada “Juventudes e Sexualidade”, levantou um dado de que no Brasil: uma de cada dez estudantes engravida antes dos 15 anos. (anexo 2)

Com relação a participação dos estudantes do ensino fundamental, médio e da EJA, durante o ensino remoto, os dados levantados pela SME são bem preocupantes, tendo em vista que, aproximadamente, 30% do total de estudantes não entregaram nenhuma ou somente parte das atividades propostas durante o período de fechamento das escolas. Evidencia-se, portanto, o risco iminente de evasão, caso providências urgentes não sejam tomadas para proceder a Busca Ativa Escolar.

Busca Ativa Escolar, prevista em legislação nacional, Constituição Federal/1988 (CF), (art. 208) (inciso VIII, §2º), condiciona como responsabilidade do poder público “recensar os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola”, bem como o controle e o acompanhamento do acesso à educação escolar, a identificação de estudantes que apresentem frequência irregular, com o objetivo de assegurar o direito à educação e a prevenção do abandono e da evasão escolar. Esta ação prevista no Plano Nacional de Educação, aprovado pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, determina diretrizes, metas e estratégias para a política educacional no período de 2014 a 2024 e, também consubstanciada no PME (Plano Municipal de Educação), aprovado pela Lei 16.271/15, nas Metas 5 (estratégia 5.8), 6 (estratégia 6.3), 8 e 10 (estratégia 10.2), sendo que especificamente na Meta 6, a Estratégia 6.3 estabelece a necessidade de “[...]Promover, em regime de colaboração com o Estado de São Paulo e a União, a Busca Ativa de crianças e adolescentes fora da escola, em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude”.

Nesse sentido, o CME publicou, em 20 de agosto de 2020, a Recomendação e a Resolução nº 4 para que as Unidades Educacionais (UE), atentas às determinações do Comitê de Contingência da COVID-19, aos protocolos da Secretaria Municipal de Saúde e às orientações da Secretaria Municipal de Educação, desenvolvessem ações na busca de contato com seus estudantes, visando o vínculo de todos com suas escolas, turmas/agrupamentos e as aprendizagens.

Nas referidas normativas foram determinadas a implantação de processo intensivo de Busca Ativa, por meio de ações conjuntas da SME, DRE, UE e equipamentos da Saúde, Ação Social, Direitos Humanos, bem como foram realizadas orientações às Equipes Gestoras das DRE, das U.E para o estabelecimento de estratégias de Busca Ativa e o desenvolvimento de ações preventivas para evitar o abandono e a evasão escolar, com enfoque também no acolhimento e ações flexibilização.

Em relação a Busca Ativa foram indicadas estratégias envolvendo ações conjuntas e diálogo constante entre SME, DREs e UEs.

A Secretaria Municipal de Educação de São Paulo ao ser informada pelas equipes das unidades educacionais do número significativo de estudantes que não estavam participando das atividades

A Busca Ativa é responsabilidade de toda a sociedade e a divisão de ações entre as diferentes instâncias das Secretarias e dos territórios é fundamental para potencializar os ganhos neste processo.

Entendendo então que a Busca Ativa Escolar, meta estabelecida no Plano Municipal de Educação, aprovado pela Lei 16.271/15, é responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação, dos órgãos regionais, bem como das unidades educacionais públicas da RME e privadas de educação infantil do Sistema Municipal de Ensino e envolve o compromisso de todos na sua realização, recomenda-se:

### **1. à SME**

\* Organizar programas e projetos específicos que aumentem o interesse e a motivação dos jovens em situação de risco;

\* Rever a legislação para melhorar o fluxo escolar, no que se refere à reprovação dos estudantes, nos ensinos fundamental e médio;

\* Propor diferentes perspectivas para os estudantes, possibilitando opções mais atrativas no seu processo educacional;

\* Criar condições para a participação dos profissionais das Unidades Educacionais em atividades formativas;

\* Organizar propostas para atividades híbridas e de ampliação de tempo de permanência;

\* Divulgação das ações de busca ativa, realizadas pelas UEs, intensificando o fluxo de informações no território, mobilizando a comunidade para a conscientização do processo.

A divulgação pode ser realizada por meio de:

- Campanhas midiáticas conscientizadoras;

- Distribuição de panfletos, cartazes.

### **2. à DRE**

\* Identificar as causas do abandono e da evasão;

\* Criar equipes internas para análise e planejamento nas Unidades Educacionais;

\* Potencializar a ação da Rede de Proteção Social no território;

\* Criar comissões Intersetoriais nas regionais e participar das centrais;

\* Organizar formas para utilização de informações do CADÚnico;

\* Organizar formação continuada dos educadores e socialização de informações.

\* Criar e oferecer condições necessárias para participação das equipes escolares em cursos de formação, promovidos pelo CEFAL, NAAPA, DIPED, entre outros, com foco em temas que subsidiem a atuação dos educadores.

### **3. à Unidade Educacional**

\* Localizar famílias dos bebês e das crianças para identificar motivos de ausência e orientar sobre a importância das atividades que promovam o desenvolvimento integral;

\* identificar adolescentes grávidas que evadem, propondo ações de acolhimento para o regresso no convívio escolar;

\* repensar a avaliação e os procedimentos de recuperação das aprendizagens considerando o contexto vivido pelos estudantes;

\* organizar atividades específicas direcionadas aos estudantes em situação de vulnerabilidade ou cuja família pode ter passado por um processo de pauperização, em decorrência da crise gerada pela Covid-19;

\* planejar atividades, com conteúdos significativos, que atendam as singularidades dos estudantes;

\* realizar avaliação e a autoavaliação, com o objetivo de assegurar a dialogicidade entre os atores do processo de ensino e aprendizagem;

\* utilizar metodologias e estratégias que favoreçam a participação de todos nas atividades propostas e contribuam para a aprendizagem de estudantes que retornem em qualquer tempo;

\* promover atividades artísticas, culturais, esportivas que possibilitem o desenvolvimento de múltiplas habilidades dos estudantes, contribuindo para sua permanência na escola;

\* realizar processos de classificação, reclassificação, recuperação/reforço, compensação de ausências, previstos na LDB, artigos 23 e 24, contribuem para prevenir o abandono do processo educacional e, portanto, minimizar a defasagem idade/ano escolar; (ANEXO 3)

\* formação de comissões - participação de representantes dos diferentes segmentos da comunidade educacional: Conselhos de CEI/Escola/CIEJA/CEU, APMs, Grêmios Estudantis, Comissões de Mediação de Conflitos, entre outros, objetivando:

- a organização de fóruns de discussão e/ou encontros sobre Busca Ativa envolvendo comissões intersetoriais dos territórios e todos os atores do processo de vida escolar;

- o cruzamento de informações entre a escola e a comunidade do território;

- o diálogo entre as UEs da região;

- o (re)planejamento de ações e estratégias;

- a avaliação periódica da eficácia das estratégias propostas.

\* mapeamento e monitoramento - conhecer o perfil dos estudantes, por meio do levantamento e monitoramento de informações sobre as vulnerabilidades em que se encontram, é importante para prevenir o abandono escolar, sendo necessárias ações como:

- registro periódico e o acompanhamento constante da participação dos estudantes nas atividades educacionais presenciais e/ou híbridas;

- atualização dos registros cadastrais, com os endereços e telefones dos estudantes, de parentes, de amigos, de vizinhos, facilita a busca de informações, em relação aos estudantes ausentes;

- levantamento e registro de informações de famílias com bebês e crianças, não atendidas nas UEs, contribui para o planejamento de ações, que possam garantir o ingresso destes bebês e crianças no CEI, EMEI e Educação Básica;

- compartilhamento de dados, por meio de recursos digitais, agiliza o fluxo de informações e o planejamento de ações entre os envolvidos no processo de busca ativa.

## **III – CONCLUSÃO**

Paulo Freire ao ser questionado se “O Brasil tem jeito?”

Responde que sim! Só que tem jeito na medida em que nos determinamos a forjá-lo.

Nenhum jeito aparece por acaso. Paulo Freire (2001)

Conforme revela Paulo Freire, “nada aparece por acaso”; é preciso que “nos determinemos a forjá-lo”. Este é o nosso compromisso, o “nosso ofício”: incluir. Este é apenas o passo inicial, porém não é o suficiente. É preciso, sim, incluir todos na escola, uma vez que muitos encontram-se privados do direito à educação e, principalmente, é preciso identificar os motivos e os obstáculos que afastam da escola crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos. A localização e a manutenção do vínculo, ainda no final deste ano, são determinantes para assegurar que nenhum estudante torne-se um dado estatístico da exclusão em 2022.

deste capítulo, há indicações bibliográficas de onde os dados aqui mencionados foram extraídos e onde é possível encontrar mais informações sobre as questões das línguas.



**CONHECER PARA PROTEGER: ENFRENTANDO A VIOLÊNCIA CONTRA BEBÊS, CRIANÇAS E ADOLESCENTES, SÃO PAULO: SME/COPED, 2020**

*Prezado(a),*

*A fim de atender na íntegra o conteúdo do edital, este tópico será disponibilizado na Área do Aluno em nosso site. Essa área é reservada para a inclusão de materiais que complementam a apostila, sejam esses, legislações, documentos oficiais ou textos relacionados a este material, e que, devido a seu formato ou tamanho, não cabem na estrutura de nossas apostilas.*

*Por isso, para atender você da melhor forma, os materiais são organizados de acordo com o título do tópico a que se referem e podem ser acessados seguindo os passos indicados na página 2 deste material, ou por meio de seu login e senha na Área do Aluno.*

*Visto a importância das leis indicadas, lá você acompanha melhor quaisquer atualizações que surgirem depois da publicação da apostila.*

*Se preferir, indicamos também acesso direto ao arquivo pelo link a seguir:*

<https://acervodigital.sme.prefeitura.sp.gov.br/acervo/conhecer-para-protger-enfrentando-a-violencia-contr-bebes-criancas-e-adolescentes/>

*Bons estudos!*

**VULNERABILIDADE E EDUCAÇÃO. SÃO PAULO: SME/COPED, 2021, (COLEÇÃO DIÁLOGOS COM O NAAPA, V. 3)**

**DIÁLOGOS COM O NAAPA**

**VULNERABILIDADE E EDUCAÇÃO SÃO PAULO - 2021**

**Prezada educadora, prezado educador**

Considerando as muitas condicionantes que impactam a aprendizagem e o desenvolvimento de bebês, crianças e adolescentes, este volume propõe refletir acerca das vulnerabilidades inscritas nos sujeitos que se relacionam no espaço educacional, que vão para além daquelas que comumente são associadas ao termo, portanto, expandir a leitura dessa circunstância vulnerável demanda, inicialmente, entendê-la como uma condição a que qualquer pessoa pode experimentar em algum momento da vida.

No ambiente educacional, há contextos de múltiplas carências, de violação de direitos, de doenças crônicas, de dificuldades de aprendizagem, e há também a presença marcante de crianças e adolescentes que se encontram vulneráveis por outros motivos, fato este que pretendemos estabelecer como eixo do nosso diálogo, uma vez que estar vulnerável a alguma situação é algo bastante amplo que merece atenção.

A literatura é uma sugestão para abrir a discussão sobre esse tema tão caro, principalmente se considerarmos este tempo histórico marcado por incertezas e solidão, sentimentos acentuados diante do isolamento social imposto pela pandemia. Na escola, em determinados contextos, estudantes e professores vivem uma dinâmica que não favorece o conhecimento de quem é o outro, pois essa percepção, muitas vezes, se constitui a partir de uma vivência fragmentada e acelerada pelo movimento da própria vida e das relações estabelecidas, portanto, estreitar laços demanda o reconhecimento da humanidade e da fragilidade do outro.

Dessa forma, o texto literário pode ser o caminho para estabelecer a escuta e o diálogo, a fim de buscar estratégias para o enfrentamento de tantas situações e contextos que fragilizam e marcam crianças e adolescentes no espaço educacional. É certo que a leitura de um conto, de um poema ou de uma crônica pode ser disparadora de questões enfrentadas por todos, como o medo, a tristeza, a raiva, entretanto, o percurso que o livro apresenta busca marcar justamente o campo da vulnerabilidade, buscando dar corpo ao que parece anônimo, exercitando a alteridade do olhar na busca incansável de se aproximar e enxergar vulnerabilidades presentes na vida de crianças e adolescentes.

**INICIANDO A CONVERSA**

*O mundo é salvo todos os dias por pequenos gestos. Dimi nutos, invisíveis. O mundo é salvo pelo avesso da importância. Pelo antônimo da evidência. O mundo é salvo por um olhar. Que envolve e afaga. Abarca. Resgata. Reconhece.*

*Salva. Inclui.*

Eliane Brum



permeado por oportunidades que ofereçam aos estudantes condições materiais, ambientais, metodológicas e psicossociais adequadas às necessidades do bebê, da criança e do adolescente, dispondo práticas pedagógicas que contemplem as múltiplas dimensões envolvidas nos processos de aprendizagem. Vigostky apresenta essa ideia ao afirmar que todas as funções psicológicas superiores, atenção, memória, linguagem, autorregulação, são formas internalizadas de relações sociais.

Ressaltamos ainda que quando oferecemos aos sujeitos condições objetivas e materiais, eles conseguem alterar suas realidades, e esse fato reforça a ideia de que as situações de desigualdades produzem como efeito o distanciamento entre o indivíduo e o gozo de seus direitos, por isso, não podemos usar o conceito de resiliência para negar os impactos de estruturas do poder público na proteção social de estudantes, pois a repetição dos ciclos de precarização da vida fragiliza e dificulta os processos de desenvolvimento e aprendizagem.

Destacamos, ainda, o fato de que, embora a vulnerabilidade esteja mais presente nas populações empobrecidas em razão da injusta distribuição de renda e das precárias políticas públicas voltadas para a equiparação de oportunidades, pois nas sociedades capitalistas de nosso tempo observamos modos de vida complexos, nos quais as questões de cunho econômico não são as únicas determinantes para que uma criança ou um adolescente seja visto como vulnerável, as violências praticadas contra crianças e adolescentes são variáveis sociais que expõem esses indivíduos à extrema vulnerabilidade, fato que nos convoca para um esforço coletivo de reconhecimento e combate a essas práticas. Não há dificuldades em se admitir os danos causados pelas violências física ou sexual sobre o corpo físico e emocional de uma criança, mas ainda há grandes desafios quando se busca estabelecer relações entre a violência psicológica ou institucional e o baixo desempenho acadêmico de um estudante, uma vez que tendemos a atribuir tal questão às características biológicas e intrínsecas aos sujeitos, negando o papel do meio e das relações sociais perversas nos processos de vulnerabilização da aprendizagem.

Embora a literatura apresente poucos estudos que se utilizem do termo vulnerabilidade educacional, sentimo-nos encorajados a realizar com vocês essa reflexão, uma vez que partimos da compreensão de que a vulnerabilidade se dá em diferentes esferas da vida de uma pessoa, impactando em seu bem estar físico, emocional, social e também acadêmico, então, ao cunhar essa expressão desejamos abordar as várias faces que revelam os desafios de oferecer a todos uma educação pública, democrática, laica, inclusiva e de qualidade.

Deste modo, convidamos você a reconhecer o conceito da vulnerabilidade de educacional concebendo-a como um conjunto de situações que fragilizam, interferem ou impedem as aprendizagens de bebês, crianças e adolescentes em razão do não atendimento de suas necessidades educacionais, fazendo com que estes sujeitos não tenham seu direito de desenvolvimento contemplado de forma digna e plena, uma vez que a educação é direito humano público, subjetivo, inalienável e universal.

Nesta jornada em direção à descrição da vulnerabilidade educacional, partimos da tese de que há estruturas básicas que compõem o trabalho educacional: a física (estrutura das salas de aula, espaços para brincar, mobiliário, salas de leitura, quadras, parques, banheiros, refeitórios, lactários, pátios etc), a profissional (professores, diretores, coordenadores pedagógicos, especialistas, equi-

pes de apoio, profissionais de limpeza e manutenção etc) e a pedagógica (o currículo, metodologias, material de apoio pedagógico, teorias, conhecimentos, competências, formação docente etc).

Quanto mais nos dedicamos a compreensão da vulnerabilidade educacional, mais nos afastamos das armadilhas de concepções medicalizantes e patologizantes da não aprendizagem, pois ela passa a ser considerada em um imbricado sistema, em que os aspectos físicos, metodológicos, pedagógicos, afetivos e sociais possibilitam reconhecer que bebês, crianças e adolescentes são sujeitos ativos que impactam e são impactados pelas relações estabelecidas entre as dimensões estruturais, profissionais e pedagógicas, que desenhavam de forma única o espaço social de uma Unidade Educacional.

Pensar o conceito de vulnerabilidade educacional nos remete, ainda, à reflexão de como consideramos as infâncias em nosso tempo e nos indaga a olhar e observar seus corpos, suas emoções, suas histórias, culturas, afecções, desejos, convocando-nos a ouvir suas vozes e retirá-las da invisibilidade. Pode parecer antagônica a ideia de que os sujeitos a quem se dedica a ação educativa sejam esquecidos, ignorados e negligenciados, mas é fato que muitas práticas pedagógicas negam a presença das infâncias reais, marcadas pelas desigualdades ou ainda infâncias que se manifestam em diversas expressões culturais, econômicas, sociais, religiosas, étnicas, de gênero, de nacionalidades, de comportamentos atípicos...E a cada vez que são negadas e silenciadas são também ocultadas em suas vulnerabilidades e possibilidades educacionais.

Permitir que as infâncias ocupem a centralidade da prática educativa é assumir um posicionamento ético-político de enfrentamento às diferentes manifestações da vulnerabilidade e em especial a educacional, trata-se de enfrentar as incômodas, inquietantes, mas potentes indagações que poderão nos mobilizar em direção a uma educação transformadora e emancipatória.

Assim, sustentados no desafio de promover práticas educacionais centrais para as múltiplas infâncias, destacamos o pensamento de Miguel Arroyo:

Essa nova realidade trazida pelas infâncias-adolescências que chegam às escolas públicas nos obrigam a novos valores, ou tra ética profissional: a capacidade de entender e trabalhar as indagações intelectuais e éticas, que revelam seus corpos precarizados, é muito mais exigente e maior do que a capacidade profissional de acompanhar seu letramento, seu brincar, desenhar, contar...Somos obrigados a entender mais sobre a dor, o sofrimento, a angústia, à agressão e as violências sofridas pelas crianças em suas vidas e seus corpos precarizados do que sobre o futuro e as promessas de felicidade. Na medida em que essa nova ética profissional avançar, a escola e a docência serão mais humanas. Serão reeducadas no convívio pedagógico com esses corpos infantis e adolescentes tão agredidos. Somos obrigados a deixar-nos interrogar e até reeducar os valores e também a compreensão teórica com que pensamos a infância (ARROYO, 2012, p. 30-31).

Até aqui caminhamos em um esforço de descortinar o lugar seguro no qual temos sustentado nossas concepções sobre a vulnerabilidade, fomos todos convidados a avançar em nossas percepções e quem sabe reconhecer que os espaços educacionais também negam direitos, silenciam, negligenciam, invisibilizam, produzindo vulnerabilidades. Por outro lado, reconhecemos que nem sempre conseguimos enxergar as infâncias que ocupam os espaços escolares, pois nem sempre sabemos ouvir suas vozes, entretanto, a

*Amplie o debate e a produção de materiais a respeito dos textos lidos, promovendo reescritas a partir de vários gêneros textuais, utilizando também outras linguagens tais como o vídeo, o teatro, a música, a dança, o grafite e outras tantas que se fizerem presentes pelo desejo dos estudantes.*

O que fazer com o conhecimento que adquirimos sobre determinada leitura? Compartilhamos! A melhor forma de fazer isso é envolver o estudante, convidando-o a tecer relações com aquilo que, agora, ele já conhece conectando com o mundo e com a vida. As perguntas pre

cisam orientar as trilhas: O que isso que eu sei agora altera algo no mundo? Como a partir do que sei transformo a minha vida? O que eu sei sobre mim e sobre o outro? Para onde desejo ir? Que mundo desejo habitar? A qual projeto de vida quero fazer parte? Como posso atuar pensando no coletivo? Como realizo meus sonhos?

Fuja da rotina e convide os estudantes para trazerem também os seus textos sobre situações de vulnerabilidade, leia junto com eles, discuta, construa rotas de fuga.

O estudante conhece inúmeros textos capazes de revelar vulnerabilidades, e mesmo que não seja literário, não perca a oportunidade de estabelecer relações do texto da vida real com aquele que rerepresenta a vida. Os pontos de contato são muitos, de forma que um sustenta o outro e alimenta o diálogo. É importante reconhecer a linguagem estética do texto literário, compreender a forma como o texto foi organizado, porque isso faz parte de um projeto autoral e artístico, mas o ganho se dará no momento em que a dor e a vulnerabilidade inscritas no texto do estudante reverberem no diálogo, no encontro, possível a partir da sensibilidade e do reconhecimento da humanidade de e fragilidade presentes no outro.

#### **Abra caminhos, confira com eles estratégias para ler o mundo e a vida**

No que se refere à leitura, o educador pode ser a referência para o estudante e, na posição de mediador, pode colaborar com os processos de compreensão e interpretação de texto, provocando o grupo. Costumamos nos interessar e sentir curiosidade por aquilo que fascina o outro. No começo é assim mesmo, seguimos uma trilha já conhecida por aquele que nos guia, depois, quando já conhecemos diversos caminhos, escolhermos aqueles que mais nos agradam ou os que nos desperta para o novo.

As estratégias de leitura são muitas e é preciso conhecê-las, pois como um conteúdo também são ensinadas. Quanto ao texto literário, faz-se necessário ainda acessar as teorias da literatura em diálogo com as outras áreas do conhecimento.

#### **Confira sugestões de leituras:**

Tendo em vista que a seleção de livros é algo bastante subjetiva, e está atrelada ao gosto e às experiências de leitura de cada leitor, a lista, que ora apresentamos, é um conjunto de obras que traz condições de vulnerabilidade acentuadas. Como toda lista, ela não se esgota, mas convida a outras.

A Hora da Estrela, de Clarice Lispector.

Vidas Secas, de Graciliano Ramos.

Capitães de Areia, de Jorge Amado.

Quarto de despejo, de Carolina Maria de Jesus.

Catálogo de Perdas, de João Anzanello Carrascoza. O diário de Anne Frank, de Anne Frank. Eu sou Malala, de Malala Yousafzai

O cidadão de papel, Gilberto Dimenstein. Persépolis, de Marjane Satrapi

A vida que ninguém vê, Eliane Brum

Poesia:

Carlos Drummond de Andrade

Manoel Bandeira

Sérgio Vaz

Marcelino Freire

Mel Duarte

Lubi Prates

Ryane Leão

Cora Coralina

Elisa Lucinda

Paulo Leminski

Ana Martins Marques

Orides Fontela

Eliane Potiguara

**E a lista continua...**

#### **ISSO PODE AJUDAR**

Pensar em práticas educacionais inclusivas implica na compreensão da garantia de direito de todos às condições materiais concretas para a efetivação das aprendizagens e desenvolvimento, de modo que a organização do espaço escolar ofereça a todos os estudantes, indiferente de sua condição física, social, emocional, cognitiva, étnica, cultural, de gênero, religiosa ou econômica.

Cabe a escola ofertar recursos, materiais de apoio pedagógico, estratégias de ensino que respeitem à diversidade humana, suas dimensões cognitiva, afetiva e social possibilitando a apropriação do conteúdo sistematizado.

Iniciamos o processo de reflexão sobre práticas inclusivas com a intencionalidade de apresentar um conjunto de ações, que já estão presentes no cotidiano docente, mas que ganham força na observação sensível das necessidades do estudante.

São práticas inclusivas:

- Conhecer o contexto social dos estudantes, mas não o transformar em fator determinante para as situações de aprendizagem, pois todos são capazes de aprender;

- Criar rotinas claras e que respeitem as características da turma;
- Investir em atividades desenvolvidas em grupos colaborativos heterogêneos;

- Estabelecer objetivos possíveis de serem alcançados e pautados em avaliações diagnósticas e na observação contínua;

- Usar a avaliação como estratégia de acompanhamento e planejamento da ação pedagógica;

- Auxiliar o estudante na organização de uma rotina de estudos;
- Checar se todos na sala compreenderam a explicação;

- Criar um ambiente favorável para que o estudante se sinta à vontade para esclarecer suas dúvidas;

- Acompanhar de maneira individualizada se o estudante com mais dificuldade compreendeu a explicação;

- Agir com empatia diante das dificuldades;

- Utilizar de diferentes estratégias na revisão dos conteúdos;

- Valorizar os pequenos avanços;

- Ajudar o estudante a perceber os pequenos avanços;

- Graduar o nível de dificuldades indo do simples para o mais complexo;

- Associar os conteúdos a temas de interesse dos estudantes com maiores dificuldades;